



Bem Vindo(a) ao  
**Programa Multicêntrico de  
Qualificação em Atenção Domiciliar  
a Distância**



## Unidade 2 – Judicialização da saúde

Em Judicialização da Saúde, veremos o posicionamento da Justiça mediante o conflito entre cidadão e Estado e as premissas para se compreender o que pode ser objeto de ação judicial. Em seguida, a partir dos indicadores de demandas judiciais e de seu impacto no cenário da judicialização, analisaremos a atuação do Judiciário no enfrentamento dessas questões. Verificaremos ainda o modo pelo qual as demandas judiciais desestruturam a organização do SUS bem como as falhas do SUS e os interesses de mercado impactam na construção da saúde pública.

**Professora Lenir Santos**

## Sumário

---

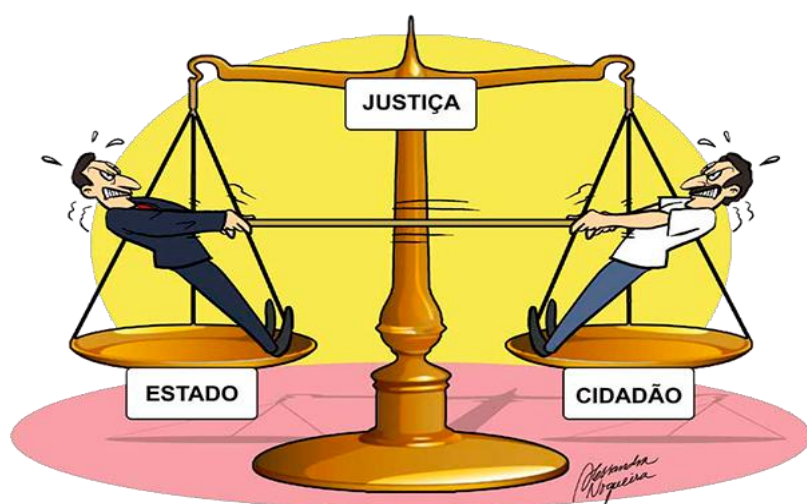
1. Conceitos iniciais.....	03
1.1 Confronto cidadão x Estado.....	03
1.2 Objeto de ação judicial.....	03
2. Medidas e ações do judiciário.....	04
2.1 Decisões do STF e do CNJ.....	05
2.2 Impacto na estrutura da saúde.....	05
2.3 Falhas, conflitos e interesses.....	05
3. Síntese.....	06

## 1. Conceitos Iniciais

A Judicialização da saúde, conforme visto anteriormente, é um fenômeno recente, com aproximadamente 10 anos.

Ela vem impondo debates e reflexões entre os dirigentes sanitários e as autoridades judiciárias visando encontrar um caminho que possa, de fato, ser a forma democrática pela qual o cidadão faz valer um direito seu que esteja sendo descumprido pelas autoridades públicas.

### 1.1 Confronto cidadão x Estado



A judicialização reflete uma luta entre o que o cidadão entende que lhe deve ser garantido e o Estado lhe garante de maneira *insatisfatória* ou aquilo que o cidadão gostaria que lhe fosse garantido, mas não encontra respaldo na lei.

Por isso a defesa de ambos os lados – cidadão e Estado –, com o Juiz ao centro, de modo imparcial, a pender por um lado ou outro, conforme entender alguma proteção legal está sendo descumprida.

### 1.2. Objeto de ação judicial

Para se entender o que pode ser objeto de uma ação judicial é preciso conhecer a saúde, sua organização, suas atribuições e os direitos e deveres do cidadão.

É essencial saber:

- como ocorre a forma do acesso que deve ser ordenado, não podendo ser uma simples porta aberta;
- o conteúdo da integralidade da assistência à saúde;
- qual ente federativo é responsável pela satisfação daquele direito pretendido.



#### **Para Refletir**

Vimos que no Brasil as diferenças entre os municípios são muito grandes, motivo pelo qual o SUS é estruturado em rede, distribuindo-se a competência entre eles de acordo com suas diferenças. Mas isso não tem sido compreendido pelo Judiciário, pelos profissionais de saúde e pelo cidadão. Desse modo, relacionamos a falta de serviços, de organização sistêmica e de compreensão do sistema, fazendo surgir as demandas contra o SUS pelo cidadão e também pelos usuários de planos de saúde bem como outros problemas vinculados à judicialização.

## 2. Medidas e ações do judiciário

O crescente número de demandas judiciais no âmbito da saúde torna o quadro da judicialização da saúde agravante.

Observe os quadros a seguir, que mostram o quantitativo de novas ações nos anos de 2010 e 2011:

Diante desse cenário, como o judiciário passa a atuar?

Quantitativo de Processos Novos em 2010						Quantitativo de Processos Novos em 2011					
	1/4	2/4	3/4	4/4	Total		1/4	2/4	3/4	4/4	Total
Janeiro	205	187	308	235	935	Janeiro	207	145	188	281	821
Fevereiro	216	210	106	152	684	Fevereiro	224	211	230	260	925
Março	228	213	273	215	929	Março	369	124	376	297	1166
Abril	188	190	289	298	965	Abril	242	254	297	276	1069
Maiο	243	250	264	295	1052	Maiο	239	230	241	223	933
Junho	125	253	233	180	791	Junho	225	329	296	274	1124
Julho	98	179	268	230	775	Julho	300	240	284	376	1218
Agosto	181	166	147	288	782	Agosto	387	389	266	245	1287
Setembro	185	172	193	216	766	Setembro	298	187	296	387	1168
Outubro	241	276	239	296	1052	Outubro	305	204	138	206	1079
Novembro	276	273	305	361	1215	Novembro	235	222	102	305	864
Dezembro	263	298	385	311	1257	Dezembro	291	195	296	375	1157
Total de Processos Novos					11203	Total de Processos Novos					12811

Fonte: Planilha de Distribuição da CODAJUD.

## 2.1. Decisões do STF e do CNJ

Em 2009, ante a grande demanda judicial e as incompreensões do SUS, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma audiência pública. O Ministro Gilmar Mendes concluiu, em sentença, no âmbito de uma demanda judicial, determinadas questões de política sanitária como um caminho orientador para as decisões das demandas.

Ainda assim, as demandas contra os entes federativos continuam intensas e desestruturam a organização do SUS.

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação 31, contendo importantes orientações nesse campo.

Clique aqui para acessar a **Recomendação 31** do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Clique aqui para acessar a **Decisão** do Supremo Tribunal Federal (STF).

## 2.2. Impacto na estrutura da saúde

A situação judicial, após essas iniciativas e realizações importantes do Judiciário, não conseguiu estancar ou filtrar as demandas judiciais justas daquelas de caráter duvidoso ou improcedentes.

A judicialização continua a garantir serviços públicos aos usuários de planos de saúde sem o devido ressarcimento previsto na Lei Federal 8.656, desorganizando o planejamento da saúde e sua estrutura.

## 2.3. Falhas, conflitos e interesses

Não podemos deixar de considerar as falhas do SUS na prestação de serviços de saúde. A não efetividade do direito à saúde por responsabilidade do Poder Público deve realmente ser coibida, não se justificando de nenhuma forma.

Muitos interesses escusos se misturam com verdadeiras necessidades da população.

Assista ao vídeo, em que o Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais entre 2010 e 2014, Antônio Jorge de Souza Marques, fala sobre como o Estado de Minas Gerais enfrenta as situações complexas da judicialização da saúde.



É necessário discernir as circunstâncias e tentar agir de maneira justa, compreendendo o SUS e propondo as ações judiciais relacionadas à falta da efetividade da garantia do direito à saúde. Por outro lado, é fundamental saber distinguir situações que não estão compreendidas no âmbito do SUS e que são garantidas, muitas vezes, pelo Poder Judiciário. Não se pode negar que há situações em que os interesses de mercado estão acima do interesse na construção da saúde pública.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lr80KhcrtdM>

### 3. Síntese

Você lembra o que aprendemos nestes capítulos?

Vimos que o cenário da judicialização é preocupante e que para enfrentar essa questão, o judiciário tomou algumas providências.

Acesse a decisão do Ministro Gilmar Mendes, em suas conclusões, e a Recomendação 31 do CNJ e reflita, de maneira crítica, se elas podem ajudar na desjudicialização da saúde.

Clique aqui para acessar a **Recomendação 31 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

[https://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/file.php/5/Biblioteca/resolucao\\_cnj\\_31.pdf](https://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/file.php/5/Biblioteca/resolucao_cnj_31.pdf)

Clique aqui para acessar a **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)**.

[https://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/file.php/5/Biblioteca/decisao\\_stf.pdf](https://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/file.php/5/Biblioteca/decisao_stf.pdf)



Proponha essa discussão para sua equipe ou levante esse tema na Comunidade de Práticas do DAB.

## Atividade

### Ordene as frases

#### Exercício de ordenação de frases.

Forme uma frase correta ordenando as palavras. Quando achar que a frase está correta, clique no botão "Verificar" para verificar a sua resposta. Se necessitar de ajuda, clique no botão de ajuda para saber qual é a próxima parte da frase.

Verificar

Restaurar

Dica

A Judicialização da saúde é um fenômeno recente,

com aproximadamente 10 anos.

Ela vem impondo debates e reflexões

ser a forma democrática

pela qual o cidadão faz valer um direito seu que esteja sendo descumprido pelas autoridades públicas.

entre os dirigentes sanitários

e as autoridades judiciárias visando encontrar um caminho que possa

## Créditos Autorais

### **Professor-autor**

Lenir Santos

### **Coordenador Geral**

Paulo Roberto Volpato

### **Coordenadora Executiva**

Márcia Rendeiro

### **Coordenadora de Conteúdo**

Luciana Mota

### **Coordenadora Pedagógica**

Marcia Taborda

### **Coordenador de Tecnologia da Informação**

Rodrigo Ribeiro

### **Coordenador de Desenvolvimento**

Felipe Docek

### **Equipe de desenvolvimento:**

Caroline Spelzon de Carvalho Alves

João Paulo Pires das Neves

Luiz Paulo Baçal de Vasconcelos

Marcus Vinicius Penha da Silva

Matheus Manzano

Michelle Viana Trancoso

### **Equipe de validação do curso**

Leonardo Savassi

Mariana Borges

Lina Barreto



## Créditos Institucionais

Presidência da República  
Ministério da Saúde  
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)  
Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges)  
Secretaria Executiva UNA-SUS

### **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Reitor  
Ricardo Vieiralses de Castro

Vice-Reitor  
Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-Reitora de Graduação  
Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa  
Monica da Costa Pereira Lavallo Heilbron

Sub-Reitoria de Extensão e Cultura  
Regina Lúcia Monteiro Henriques